



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
Departamento de Inovação para a Agropecuária
Coordenação-Geral de Novas Tecnologias e Recursos Genéticos

3ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIOINSUMOS
(2ª REUNIÃO ORDINÁRIA)

LOCAL: Plataforma Microsoft Teams.

DATA: 18/03/2021.

HORÁRIO: 10 às 12 horas.

No dia 18 do mês de março do ano de 2021, às 10 horas, através da Plataforma Microsoft Teams, realizou-se a segunda reunião ordinária, sendo a terceira reunião do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos. Foram registradas as presenças dos seguintes membros do Conselho Estratégico: **Bruno César Prosdocimi Nunes** (MCTI), **Caio Augusto de Almeida** (Anvisa); **Carlos Alexandre Oliveira Gomes** (Anvisa); **Daniela Nogueira Borges de Amorim** (IBAMA); **Eliana Maria Cruz Ramos** (MCTI); **Fábio Bueno dos Reis Júnior** (Embrapa); **Isabela Sbampato Batista Reis de Paula** (MCTI); **José Antônio Azevedo Espindola** (Embrapa); **Luis Gustavo Asp Pacheco** (SDI/MAPA); **Luiz Carlos Demattê Filho** (CTAO); **Maciel Aleomir da Silva** (CNA); **Paulo Augusto Vianna Barroso** (CTNBio/MCTI); **Ranyse Barbosa Querino da Silva** (Embrapa); **Roberto Guimarães Carneiro** (ASBRAER); **Rose Gomes Monnerat Solon de Pontos** (Embrapa); **Tatiane Almeida do Nascimento** (MAPA), **Vanessa Lucas Xavier** (Anvisa), **Virgínia Mendes Cipriano Lira** (MAPA). Registradas as presenças de **Paulo Ramon Mocelin**, **Joaquim Dias Nogueira** e **Mariana Bohme Silva**, todos da SDI/MAPA, das convidada, **Amália Borsari** e **Julia Emanuela** (Croplife Brasil) e do convidado **Luís Carlos Albuquerque Corrêa** (Assessor do Deputado Zé Vitor).

Em seguida, o Presidente do Conselho Estratégico **Alessandro Cruvinel Fidelis** (MAPA) abriu a reunião dando boas-vindas a todos, apresentando o objetivo da reunião, como está estruturada e deu início a **(i) Sessão de Expediente:** passou a palavra para **Amália Borsari** representante da CropLife Brasil que fez uma breve apresentação da Associação; apresentou dados de pesquisa recente sobre o mercado de Bioinsumos e possibilidades de apoio ao Programa Nacional. Ela finalizou a apresentação apontando ações positivas e propositivas para trabalhar junto com o Conselho Estratégico, dentre elas podemos citar: 1) a criação de métricas para as práticas sustentáveis; 2) Fomentar a P&D e Inovação: aprimorando parcerias entre indústrias e academia; mecanismos de proteção da tecnologia; organizar coleções, buscando dar maior clareza e desburocratização do acesso; 3) Ambiente Regulatório para Inovação: retirando a subjetividade do segmento; ter clareza nos requerimentos/definições; a busca pela previsibilidade; da harmonização nacional e regulamentar os bioestimulantes; 4) Difusão tecnológica nos eixos educacional e de comunicação: recomendação do MIP; difusão de informação por meio de uma plataforma de conhecimento; 5) Recursos Genéticos: insegurança e gargalos operacionais; 6) Linhas de financiamento: aumento das linhas de crédito para P&DI, estimular startups e estímulos tributários. Imediatamente, o presidente passou a palavra para **Luís Albuquerque Corrêa** (assessor do Deputado Zé Vitor). Ele fez a apresentação inicial do Projeto de Lei "on farm" de autoria do Deputado Zé Vitor. Inicialmente, justificou a ausência do Deputado na reunião e propôs a participação do parlamentar na próxima reunião do Conselho. Também informou que o PL ainda passará pelas comissões da Câmara dos Deputados. Relatou que o PL requer ajustes técnicos e solicitou a colaboração técnica do Conselho Estratégico na construção do PL. Finalizou perguntando à representante Tatiane Almeida se os



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
Departamento de Inovação para a Agropecuária
Coordenação-Geral de Novas Tecnologias e Recursos Genéticos

biofertilizantes necessitam de exames laboratoriais, da mesma forma que os fertilizantes tradicionais. **Alessandro Cruvinel**, presidente do Conselho, afirmou que poderia aproximar o assessor de deputado do coordenador de fertilizantes do Mapa e passou a palavra à representante da SDA. **Tatiane Almeida** informou que o trâmite de registro de biofertilizantes e fertilizantes seguem ritos de registro diferentes dos agrotóxicos. Em ambos os casos, necessitam de estudos e há necessidade de registro no Mapa. Em seguida, ela, que trabalha na Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, fez uma explanação aos presentes sobre a atualização do status da instrução normativa (IN) de microrganismos. Segundo ela, as contribuições da consulta pública foram analisadas, encaminhou a IN para a Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e para o setor de fiscalização, e, ainda para a Anvisa e IBAMA. Outra IN, a de fitoquímicos, recebeu contribuições, fez novas rodadas de conversas com Embrapa, com a Anvisa fez reuniões internas e deverá retornar com as reuniões do grupo de trabalho formado por Mapa, Ibama e Anvisa. Outra norma, a IN de uso próprio, teve as contribuições compiladas e agrupadas para serem analisadas. Esse trabalho poderá subsidiar o PL *on farm* deixando-o ainda mais robusto. Para finalizar, **Tatiane Almeida** fez uma pergunta ao assessor do deputado. Após analisar o texto PL, ela comentou que não havia uma sequência lógica, pois no início do texto apresentava a proposta para o uso *on farm* e do meio para o final do PL, passava a ideia de querer regulamentar o registro de uma forma geral dos produtos de base biológica, com uma legislação própria para bioinsumos. **Luís Corrêa** respondeu que não poderia dar de imediato a resposta e sugeriu ao presidente do Conselho que essa observação fosse colocada no relatório técnico preparado pelo Conselho. Já que, para o assessor, o intuito do legislador foi o de tornar o entendimento mais útil e abrangente pelos beneficiários. Portanto, sugeriu que a pergunta da representante da SDA viesse como contribuição técnica do Conselho e não como uma pergunta. E essa questão foi melhor debatida pelos membros na segunda parte dessa reunião. A seguir, o presidente do Conselho concedeu a palavra a **Luiz Demattê**. O representante da CTAO (Comissão Técnica de Agricultura Orgânica) fez ponderações ao PL. Para ele, o texto apresentou uma delimitação do conceito de bioinsumos mais restrita e recomendou ser ampliada seguindo o conceito do decreto. Em seguida, o presidente concedeu à **Rose Monnerat**. A representante da Embrapa informou ao assessor do deputado que avaliou o PL, colocou a instituição à disposição do deputado e, ainda, relatou dificuldades com a abrangência do texto do PL. Citando a IN de inoculantes (nº 13/2011), aconselhou para que se tomasse cuidado para não dificultar o processo que hoje é simplificado e tranquilo. **Fábio Reis** (Embrapa) sugeriu que talvez fosse o momento de transformar o PL em algo ainda maior (ou macro), repensando todo o arcabouço legal de bioinsumos, criando uma lei específica. **José Espíndola** informou que possuem 2 portfólios da Embrapa, Insumos biológicos e Sistemas de base Ecológica informou que contribuirá com a construção do texto do conselho que será enviado, posteriormente, ao deputado. Antes de dar por encerrada a sessão de expediente, **Alessandro Cruvinel**, antecipadamente, informou ao assessor do deputado que o Conselho fará, inclusive, sugestões de estrutura no PL. Depois, fez apresentação gráfica do status das Ações Estratégicas do Conselho e apresentou o ranking de prioridades. **(ii) Sessão de expediente: foi colocada em** discussão pelos membros a necessidade de criação de um ou mais grupos de trabalho para elaborar a resposta para o deputado Zé Vitor. Nessa sessão, o presidente do Conselho agradeceu a contribuição dos membros sobre o PL e deu palavra livre aos membros. **Luiz Demattê** (CTAO) informou que submeteu o texto do PL para a CTAO que elaborou um documento com considerações e fez pontuações, como exemplos, a existência de



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
Departamento de Inovação para a Agropecuária
Coordenação-Geral de Novas Tecnologias e Recursos Genéticos

conflitos com algumas INs do MAPA e o PL restringe a abrangência do tema bioinsumos a controle de doenças, definições não necessárias, o documento da CTAO será encaminhado. **Alessandro Cruvinel** também pontuou sucintamente algumas observações feitas por membros da Embrapa. Ele ressaltou que, com o PL, surgirá a oportunidade do Conselho dar contribuições substanciais para o avanço do Programa Nacional de bioinsumos. **Reginaldo Minaré** (CNA) ressaltou sobre a necessidade de reajustar todo o texto do PL, fez ponderações pontuais e elencou pontos de como deveria ser a estrutura do novo texto do PL, macroorganismos, fertilizantes, definições, projeto na forma de capítulos, registros, etc. Pontuou na necessidade de criação do Grupo de Trabalho para um retorno mais amplo definindo uma norma específica para bioinsumos pavimentando as questões normativas do segmento. **Maciel Silva** (CNA), complementando, a fala do Minaré, indicou algumas inconsistências ao texto do PL e apresentou a posição da CNA acerca do registro de bioinsumos. Não seria prioridade da CNA debater o tema de registros de produtos, mas sim o tema produção para uso próprio, no entanto, se for decidido pelo grupo, a CNA se disponibiliza para apoiar um marco regulatório mais amplo, algumas lacunas no PL também sobre definições, classificação de risco muito rígida, faltando também macro organismos, biofertilizantes e área animal. **Reginaldo Minaré** (CNA) relembrou a função estratégica do Conselho que é a formulação de políticas voltadas para os bioinsumos. Nesse sentido, ele pontuou em qual direção o Conselho deveria caminhar, se vai para a produção on farm ou se para todo o universo de bioinsumos e qual a dimensão que será dada ao PL, considerando as atribuições deste Colegiado, uma dimensão mais ampla seria mais adequada. Foi também colocada a possibilidade de trabalhar com um GT ou 2 GTs. **Tatiane Almeida** (MAPA) também indicou algumas inconsistências como a questão de registros de produtos e concordou com as pontuações do Minaré e que cabe ao Conselho realmente fazer uma proposta mais completa, tratando da produção para uso próprio, mas também todos os produtos biológicos, não se restringindo a controle biológico e agrotóxicos e afins, regulamentando tanto on farm como registros e outras definições se for decisão do Conselho. **Rose Monnerat** (Embrapa) encaminhará as contribuições do Portfólio Bioinsumos para a presidência do Conselho, indicou ainda que o PL não deveria se restringir tão somente ao *on farm* e outros pontos que devem ser considerados no texto do PL. Complementou sobre o apoio a uma norma ampla que trate de produtos biológicos como um todo, com uma norma específica para produtos de base biológica. Apontou dificuldades de empresas de biológicos para se instalar no DF. Finalizou sugerindo a criação de um grupo de trabalho com a participação também do IBAMA e da ANVISA. **José Espíndola** (Embrapa) sugeriu para que fosse bem definido o escopo do novo texto do PL e os produtos a serem entregues à sociedade além da amplitude dos diferentes perfis de produtores, focando em revisar o PL. **Luiz Demattê** (CTAO) sugeriu que no texto do documento a ser enviado ao deputado fossem apontadas as melhorias na estrutura do PL; ele também concordou ainda com a proposta de criação de grupo de trabalho para dar continuidade ao trabalho de revisão do texto apresentado bem como fazer a construção de um novo PL. **Reginaldo Minaré** sugeriu ao presidente do Conselho que fosse pedido mais tempo ao deputado para apresentar uma melhor proposta com mais robustez, até porque o objeto final do Conselho Estratégico é um normativo mais amplo. **Daniela Nogueira** (IBAMA) informou que a equipe técnica está ciente do PL e que a produção *on farm* ainda está sendo discutida pelo órgão. Pediu um prazo de um mês para a manifestação do IBAMA. Ainda sugeriu que a resposta ao deputado viesse com indicações de algumas melhorias ao texto do PL. **Alessandro Cruvinel** informou a todos que o deputado não concedeu nenhum prazo para a resposta e se houver uma consideração robusta, feita pelo Conselho, ela poderá ser levada às Comissões na Câmara dos Deputados ou por decisão do



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação
Departamento de Inovação para a Agropecuária
Coordenação-Geral de Novas Tecnologias e Recursos Genéticos

deputado a proposta feita pela Comissão pode virar um substitutivo. **Carlos Alexandre** (ANVISA) concordou com a fala da Daniela Nogueira e reforçou o grande desafio que o Conselho terá pela frente. Sugeriu a criação de vários subgrupos para detalhar cada tema e um subgrupo para tratar de agrotóxicos e afins composto pelo IBAMA, ANVISA e DAS/MAPA além de manter o contato próximo com o proponente desse PL. **Paulo Barroso** (MCTI) reforçou que a proposta seja melhorada e propôs que, em primeiro lugar, o grupo deve decidir o que deve estar na forma de lei e o que pode ser regulamentado por IN. Sugeriu 2 momentos e detalhando o que deve estar em um PL e o que seria objeto de uma IN, apresentando apontamentos iniciais. Não reescrever o projeto, pensar de forma estratégica.

Foi colocado em votação: 1. Enviar apenas apontamentos iniciais e explicando que haverá uma nova proposta mais estruturada e completa. 2. Grupo de Trabalho apenas uso próprio (*on farm*) ou mais amplo, criando uma pavimentação normativa cuidando tanto de uso próprio como registros de produtos biológicos em todos os usos: agrotóxicos e afins, área animal e fertilizantes. 3. Se será apenas um grupo ou dois grupos.

Os resultados das votações foram: 1. Enviar apontamentos iniciais explicando que haverá uma nova proposta estruturada. 2. Os Grupos de Trabalho irão tratar do normativo de forma mais ampla, tanto no tema de produção para uso próprio (*on farm*), como no tema de registros e tanto para agrotóxicos e afins como área animal e fertilizantes. 3. Por questões regimentais, serão dois grupos de 6 participantes que vão se reunir com um objetivo em comum inicialmente e depois definirão o escopo de cada grupo.

Antes de encerrar a reunião, foram tomadas as decisões: 1) A próxima reunião ordinária será em junho de 2021; 2) envio da planilha excel de priorização das ações estratégicas para os membros do Conselho Estratégico; 3) disponibilizar a apresentação da Croplife Brasil somente para os membros que manifestarem interesse; 4) será solicitado ao deputado um prazo maior para o grupo produzir um texto mais robusto. Nada mais havendo a tratar, o presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Paulo Ramon Mocelin, lavrei a presente Ata que será compartilhada eletronicamente e, após apreciação e aprovação pelos membros, será inserida no Processo SEI: 04028.000006/2020-81 com a planilha de priorização das ações do Conselho Estratégico como também no website do Programa Bioinsumos no MAPA.